
Colonos em Milão: a participação do Rio Grande do Sul em L'Esposizione Internazionale del Sempione (1906) e suas correlações com a imigração italiana

Settlers in Milan: the participation of Rio Grande do Sul in L'Esposizione Internazionale del Sempione (1906) and their correlation with the Italian immigration

*João Carlos Tedesco**
*Giovani Balbinot***

Resumo: O presente artigo analisa a participação do Rio Grande do Sul em *L'Esposizione Internazionale del Sempione*, na Itália, em 1906. Buscamos compreender os motivos que levaram o governo de Borges de Medeiros a empreender dispendiosos gastos na instalação de uma galeria de exibição rio-grandense, único estado do Brasil a participar do evento. Concluímos que o governo borgista buscava com a exposição tanto a divulgação das condições econômicas, sociais e políticas dos imigrantes italianos instalados no Estado, quanto o cancelamento do Decreto Prinetti, com o objetivo final de promover o incremento do fluxo de imigrantes para o Rio Grande do Sul que, nessa década, era preterido em favor dos Estados Unidos e da Argentina.

Palavras-chave: Exposição Universal de Milão. Imigração. Rio Grande do Sul.

Abstract: This article analyzes the participation of Rio Grande do Sul in *L'Esposizione Internazionale del Sempione*, in Italy, in 1906. We seek to understand the reasons that led the government Borges de Medeiros to undertake costly expense of installing an exhibition gallery of the Rio Grande, only state in Brazil to attend the event. We conclude that the borgista government wants to show both the dissemination of economic, social and political Italian immigrants living in the state, as the cancellation of Decree Prinetti, with the end goal of driving the growth of the immigrant flow to the Rio Grande do South that in this decade, it was passed over in favor of the United States and Argentina.

Keywords: Universal Exhibition in Milan. Immigration. Rio Grande do Sul.

* Doutor em História. Professor no Programa de Mestrado e Doutorado em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). *E-mail:* jctedesco@upf.br

** Doutorando em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Bolsista da capes. *E-mail:* giovanibalbinot88@gmail.com

Introdução

A cidade de Milão, palco da Exposição Universal de 2015, também conhecida por Expo 2015 (oficialmente World Expo 2015 Milão), não é nova para eventos análogos a esse. De fato, a cidade de Milão hospedou, em 1906, uma exibição internacional reconhecida pela BIE, Bureau International de Exposition, como uma das primeiras exposições universais. Exposição Universal de Milão de 1906, nomeada oficialmente como *L'Esposizione Internazionale del Sempione*, surgiu com o desígnio de realização de uma grande exibição internacional relacionada às tecnologias de transporte. A ideia para essa exposição surgiu para solenizar a inauguração da estrada de ferro que estabelecia a ligação Paris – Milão, na ocasião da conclusão do Túnel do Simplon (túnel ferroviário entre os Alpes, que ligava a cidade de Briga, na Suíça, à localidade de Iselle, na Itália).

A exposição foi aberta oficialmente em 28 de abril de 1906, permanecendo em exibição até o dia 31 de outubro. Estabelecida no Parque do Simplon e na Praça d'Armas, tornou-se palco para a exibição das novas tecnologias de diversas nações de vários locais do mundo, especialmente nas áreas do transporte, das artes, da agricultura, das ciências e do desenvolvimento social. Com a participação de grande número de países do continente europeu, especialmente da França, da Alemanha, da Áustria, da Hungria, da Inglaterra, da Espanha e da Bélgica, contou também com a presença de diversos países do Oriente, como Turquia, China e Japão. A participação do continente americano ocorreu por meio da presença dos Estados Unidos e do Canadá e do Pavilhão da América Latina, com exposições da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Peru, da Guatemala, da Costa Rica e de São Domingos.

Dessa forma, buscamos, por um lado, delinear os detalhes relativos à organização e ao funcionamento da Exposição Universal de 1906, assim como a participação de diversos países da Europa e da América Latina e, especialmente, a exposição do Rio Grande do Sul no evento; por outro lado, temos como objetivo fundamental compreender os ensejos que induziram Borges de Medeiros a empreender onerosos gastos na instalação de uma galeria de exibição do Rio Grande do Sul, figurando como o único estado da Federação a representar-se no evento.

Para concretizar esses objetivos, utilizamo-nos, sobretudo, da correspondência trocada entre o presidente do estado e o do PRR, Antônio Augusto Borges de Medeiros, e os emissários do regime borgista

enviados à Itália. Essa documentação foi localizada no Arquivo Borges de Medeiros, sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Reunindo milhares de documentos, esse acervo acha-se hoje catalogado por data, nomes cidade, estado ou nação. Foram então selecionadas as cartas enviadas da Itália, especialmente dos emissários borgistas residentes em Milão. A despeito da enorme importância desse conjunto documental para a história, especialmente a história política e das relações internacionais do Rio Grande do Sul, ele tem sido pouco procurado pelos pesquisadores. Inclusive, ressaltamos que as missivas dos emissários do governo borgista em nações, como: Itália, França, Alemanha, Estados Unidos, Argentina e Uruguai permanecem e se apresentam praticamente inexploradas de acordo com a revisão bibliográfica utilizada para a construção deste trabalho.

A incorporação dessas fontes permitiu delinear a participação do Rio Grande do Sul na Exposição Universal de Milão de 1906 e seus aspectos político-econômicos, contribuindo de forma fundamental para a compreensão das relações entre a participação do mesmo na exposição e as variações no fluxo emigratório de italianos para o estado, na primeira década do século XX. Em intersecção com a documentação disponível no Arquivo Borges de Medeiros, os argumentos, discursos e representações dos fatos tanto em relação à apresentação da exposição quanto aos motivos da participação do Rio Grande do Sul em tal evento foram esquadrihados em periódicos de imprensa da época. Disponível na Hemeroteca Digital Brasileira, da Fundação Biblioteca Nacional (disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>.), o jornal *A Federação*, veículo de divulgação dos ideais e desígnios políticos do Partido Republicano Rio-Grandense e, com a ascensão do partido ao governo, do estado, porta-voz oficial da opinião do governo publicado entre 1884 e 1937, foi intensamente utilizado devido à sua capital importância à compreensão do encadeamento dos fatos históricos e do discurso governista.

A Exposição Universal de Milão em 1906

A cidade de Milão era considerada a “Capital Econômica da Itália” na primeira década do século XX, por isso, sediou essa Exposição, denominada também, em alguns documentos, de “A Grande Exposição do Trabalho”. Com sua inauguração oficial fixada para o dia 28 de abril, devia primeiramente compreender tão somente os meios de transporte,

quer terrestre, quer marítimos, quer e os novos e revolucionários transportes aéreos. Contudo, a direção da exposição optou por estender sucessivamente o seu programa a todos os ramos da atividade humana, tornando-se, então, uma exposição universal. Encerrada em 31 de outubro, dois foram os locais escolhidos para a sua concretização: a Piazza d'Armi, vasta planície nos subúrbios da cidade, ligada por meio de um viaduto ao Parque do Simplon,¹ perfazendo um total de, aproximadamente, 250 acres, cerca de 1 milhão m², recebendo oficialmente 4.012.777 visitantes.²

As principais potências econômicas do período erigiram os maiores e mais centrais palácios de exposição. A França, em sua antiga e constante concorrência comercial e simbólica com a Inglaterra, e agora também com a Alemanha, com o investimento somado de 450 mil francos, figurou em todas as secções, assim dispondo de 1 mil m² na secção de caminhos de ferro, 2.850 metros no automobilismo, 450 para aeronáutica (afora um pavilhão especial para aeroestação militar Renard), de 850 metros para veículos automotores, de 750 metros para as ciências meteorológicas, de 1.950 metros para máquinas agrícolas, 300 metros na galeria da pesca, 200 metros na do trabalho; dispunha, ainda, de 500 metros na secção de higiene, 1.200 metros na dos transportes por mar, 500 na das sociedades de previdência, 200 na exposição retrospectiva e 2.500 metros para os demais artefatos, sem contabilizar as três galerias do já citado palácio de 10 mil m² dedicado às artes decorativas construído na Praça d'Armas.³

A Inglaterra, buscando expor tanto seus principais artigos comerciais quanto os mais exóticos artigos advindos dos cantos mais remotos de seu império mundial, buscava uma demonstração simbólica de sua envergadura marítima e comercial. Nesse contexto, a Inglaterra, com o investimento de 10 mil libras, contou com um espaço de 280 metros para ferrovias, 100 metros para automobilismo, 100 metros para estações aéreas, 20 metros para meteorologia, 1.000 metros para agricultura, 1.000 metros para artes decorativas, 200 metros para a pesca, 1.000 metros na galeria do trabalho, 500 metros na da higiene, 2.700 metros na exposição marítima, 250 metros na secção de previdência e 200 metros para exposições temporárias. A Alemanha, após aproximadamente quatro décadas de sua unificação, através de seu florescente parque industrial, despontava como potência concorrente da França e da Inglaterra. Nessa disputa econômica e simbólica, dispendendo uma quantia de 350

marcos, a Alemanha dispôs de 1.200 m² na galeria das estradas de ferro, 1.600 para automobilismo, 1.200 para veículos aéreos, 2.700 para máquinas agrícolas, 500 para pesca, 2.000 na galeria do trabalho, 2.975 na secção marítima e 200 na exposição retrospectiva.

Além das três principais potências europeias e suas monumentais exposições, observamos também presenças modestas de países de menor envergadura econômica e política, com a exibição de seus principais artigos. A Bélgica edificou um pavilhão especial de 9.200 m² para a exposição de suas tecnologias ferroviárias. Dispôs também de 500 metros na galeria de automobilismo, 100 e 200 na secção de pesca. A Suíça destinou um espaço de 1.700 metros para ferrovias e 250 metros especialmente para trilhos, 300 para automóveis, 625 para meteorologia e 440 para máquinas agrícolas. A Holanda ocupou 450 metros na secção de artes decorativas e 145 na dos caminhos de ferro. A Hungria, com um crédito de 300 mil coroas, preparou 900 m² para transportes terrestres, 240 metros para trilhos, 700 para máquinas agrícolas, 350 para artes decorativas e 70 para higiene. Portugal ocupou 150 metros na pesca, e o principado de Monaco outros 150 metros nessa mesma secção. Participaram também da exposição países do Oriente, como Turquia, China e Japão. Enfim, nesse primeiro momento, de forma sintética, apresentamos a dimensão da Exposição Universal de Milão de 1906. Delineamos os principais participantes da exposição, os investimentos e a envergadura de sua exposição. Acreditamos que, em razão disso, seja possível compreender os motivos que levaram o governo de Borges de Medeiros a empreender a construção do local de exposição no espaço dedicado ao Rio Grande do Sul, no Pavilhão da América Latina

A América Latina e, em particular, o Rio Grande do Sul na *esposizione*

Entre as extensas galerias dos transportes, do automobilismo, da Marinha, da agricultura, da arte moderna e os amplos e suntuosos palácios das nações europeias, especialmente da França, da Alemanha, da Áustria, da Hungria, da Inglaterra e da Bélgica, erguia-se o grande Pavilhão da América Latina. Com desenho do célebre arquiteto Bonsi, sua bela cúpula destacava-se dos projetos arquitetônicos que o franqueavam. Após o Comitê Executivo da Exposição ter concedido excepcionalmente o terreno gratuitamente, o Pavilhão da América Latina

foi erigido devido à boa vontade e a concordância dos cônsules do Sul e Centro-América estabelecidos em Milão, abrangendo uma área de cerca de 700 m², o pavilhão da América Latina, abrigando as exposições da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Peru, da Guatemala, da Costa Rica e de São Domingos e do único estado brasileiro, o Rio Grande do Sul. A mobília e a decoração interna do pavilhão ficaram a cargo da Fábrica Italiana de Móveis de Milão que, através de seu diretor, Heitor Drisaldi, no anseio de manifestar sua simpatia e desejo de estender seus negócios a esse continente, encarregou-se da referida, especialmente o chamado Salão dos Presidentes, às suas expensas. Como peculiaridade do Pavilhão da América Latina, o Salão dos Presidentes reunia retratos, em tamanho natural, dos presidentes que regiam os destinos das repúblicas latino-americanas. O salão era dedicado às recepções oficiais e, notadamente, à solene comemoração do IV centenário da morte de Cristóvão Colombo.⁴ Do espaço ocupado pelo Pavilhão da América Latina, 136 metros foram dedicados à exposição do Rio Grande do Sul.⁵ Conforme reportagem de *A Federação*,

Destes o Rio Grande tem 136 metros, isto é, dispõe dum dos maiores salões e occupa o primeiro posto entre todas as nações que se fazem representar naquele pavilhão, e que são: a Argentina, o Chile, o Uruguai, o Perú, a Guatemala, a Costa Rica e S. Domingos.

Todos estes países dispõem de pequenos espaços e estão collocados aos dous ou três no mesmo salão, ao passo que o Rio Grande terá o seu salão exclusivamente para os seus productos, além de poder ainda expor artigos especiaes no salão do centro.⁶

O contrato assinado para a participação do Rio Grande do Sul na Exposição Universal de Milão de 1906, que continha, em suas cláusulas, tanto o espaço dedicado ao Estado do RS dentro do Pavilhão da América Latina quanto a exposição e participação nas competições de qualidade e mérito, custou 6.800 francos ao governo de Borges de Medeiros, sendo pagos em 28 de fevereiro de 1906. Conforme carta de Bruno Chaves,

pedi enviar-me a somma de sete mil francos em ordem telegráfica. O preço total é de 6.800 francos, eu falei em sete mil para mais clareza e economia na transmissão do telegramma. O resto da somma servirá para pagamento dos telegrammas, restam pequenas despesas insignificantes.⁷

Compreendemos que tanto nações, como França, Inglaterra e Alemanha, que atuavam no teatro político europeu quanto os países latino-americanos ou mesmo países orientais, como Turquia, China e Japão, tinham objetivos particulares dentro de suas dinâmicas comerciais, econômicas, políticas e simbólicas. Contudo, neste momento, nosso questionamento volta-se ao fato de que, dentro do universo de estados que compunham a Federação brasileira, unicamente o Rio Grande do Sul participou da exposição, como foi amplamente publicado pelo governo de Borges de Medeiros:

E' de lastimar porém, que o Brasil, por circunstancias que não me é dado analysar, não se faça oficialmente representar n'este grande certâmen, onde a maior parte das nações apresentarão o que tem de melhor em produções indutriaes e naturaes.⁸

Entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, observamos que as características básicas da formação econômica rio-grandense basearam-se em uma dinâmica que podemos conceituar de “economia voltada para dentro”. As atividades relacionadas à criação de gado na Campanha e nos Campos de Cima da Serra, juntamente com a agricultura e a agroindústria de origem colonial alemã e italiana, fizeram com que o Rio Grande do Sul tivesse uma economia agrária de dinâmica mercantil regional. Esse processo fez com que houvesse uma inserção da economia do estado no mercado interno brasileiro. (CASTRO, 1971, p. 121).

Entretanto, destacamos que, no período que iniciou com a Proclamação da República até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, o Rio Grande do Sul sofreu com problemas estruturais de sua economia. Por um lado, a crise revelava-se na atividade pecuária, que, estagnada, permanecia há décadas no processo de criação extensiva, de baixa engorda/ produtividade, com terras deixadas inaproveitadas para a preservação do pasto para o gado. Princípios básicos de higiene e manejo eram ignorados, resultando num alto índice de mortalidade do gado; epidemias alastravam-se e, aliadas ao fato de matanças indiscriminadas que sacrificavam terneiros e vacas prenhes, contribuía para a diminuição dos rebanhos. Por outro, os pecuaristas delineavam-se como fornecedores de matéria-prima para charqueadas e, como tal, permaneciam na dependência dos preços pagos pelos saladeiros. Esses últimos, por sua

vez, encontravam-se em uma delicada situação devido à sua pouquíssima competitividade diante dos modernos processos de resfriamento e conservação de carne realizados na região do Prata pelos frigoríficos.

Com processos arcaicos, produzindo gêneros de baixa qualidade em um mercado bastante competitivo, o charque do Rio Grande do Sul encontrava problemas quanto à colocação no mercado consumidor brasileiro. Destinado, originalmente, à escravaria e, posteriormente, à população pobre dos centros urbanos, o charque deparava-se, além do que já enfatizamos, com problemas, relativos ao seu custo de produção, inserção e lucratividade. A pecuária era, no período, a economia central dos países platinos; contava com todo o apoio governamental de estados onde os pecuaristas constituíam a classe dominante, o que tornava seus preços ainda mais competitivos em território nacional. (PESAVENTO, 1979, p. 215).

Esses fatores, considerados em conjunto, prejudicavam diretamente a economia fundamentalmente ligada à pecuária do Rio Grande do Sul. Contudo, o estado gaúcho conseguia adaptar-se às crises da economia pastoril/saladeira em razão da alternância dos produtos exportados. Essa estratégia de atender à demanda nacional com produtos de primeira necessidade foi desempenhada através da agricultura e da agroindústria colonial, praticadas nos territórios de maior presença de grupos de imigrantes alemães e italianos.

Nesse contexto, levantamos a hipótese de que esses problemas estruturais que afligiam a economia, assim como os postulados ideológicos que orientavam a política administrativo-econômica do estado, influenciaram diretamente na participação do Rio Grande do Sul num evento do caráter da Exposição Universal de Milão em 1906.

[A Exposição Universal de Milão de 1906] um grande marco do progresso e da prosperidade do commercio e da indústria; é uma nova barreira geographica que desaparece, deixando entrever que não está longe o dia em que as barreiras da ordem político-econômica desaparecerão.⁹

Desse modo, a exposição estaria servindo de estratégia para amenizar a crise econômica que agoniava o estado através da possibilidade de desenvolvimento de novos mercados para os gêneros de exportação do

Rio Grande do Sul, especialmente os agrícolas e agroindustriais produzidos na região de colonização alemã e, sobretudo, na italiana, pelos vínculos já estabelecidos entre o estado sulino e a nação italiana.

Felizmente para nós o patriótico governo do Estado, compreendendo o grande alcance político econômico d'esta grande feira, resolveu acertadamente que o Rio Grande do Sul comparecesse a esta feira mundial, mostrando mais uma vez, como nosso querido torrão marcha célere na senda do progresso e da actividade humana.¹⁰

Não cabe aqui uma análise em pormenores da estrutura econômica e da dinâmica de produção, exportação e comercialização dos gêneros produzidos no Rio Grande do Sul, no período. Contudo, essa hipótese nos parece plausível e ratificada quando decorrida uma primeira análise dos periódicos relativos ao período de execução da exposição. Em uma primeira análise, podemos compreender que a participação do Rio Grande do Sul na Exposição Universal de Milão, em 1906, buscava demonstrar a existência de produtos de grande atração na Europa como: vinho, cereais, em particular: trigo, o milho, madeiras, pedras preciosas e erva-mate.

Carta de Milão nos refere que desde principio de junho começou a ser feita sob a direcção do nosso co-religionario Murillo Furtado, o arranjo definitivo dos productos rio-grandenses nos respectivos mostuários do Pavilhão da America Latina.

A nossa exposição continua sendo objecto da attenção de convidados e visitantes, sendo frequentadíssima por brasileiros e forasteiros em grande numero, que n'ella demoram-se a examinar, com interesse, nossas madeiras, minereos e demais productos.¹¹

Contudo, essa hipótese baseada na causalidade única ou mesmo proeminentemente econômica desmoronou quando avaliamos a participação do Rio Grande do Sul na Exposição Universal de Milão de 1906 através do prisma e da perspectiva ligada à política empreendida por Borges de Medeiros relativa ao fluxo da imigração italiana na primeira década do ano 1900.

Emigração italiana e o Decreto Prinetti

Conforme o historiador italiano Emilio Franzina, o processo imigratório representa um fenômeno demográfico e econômico caracterizado pela duplicidade de seus fatores formativos. Devemos sempre considerar que há um espaço de partida e um espaço de destino, fatores de *expulsão* e de *atração*. Dessa forma, a importância de cada um, ou mesmo o seu caráter decisivo, varia de acordo com as situações históricas, mas sempre nos remete a um quadro complexo de um fluxo que perdurou por mais de meio século. (FRANZINA, 2006, p. 34).

A partir dessa verificação, devemos, então, considerar qualquer análise relativa à emigração italiana para o Brasil com a necessidade de compreendê-la através de suas numerosas e distintas etapas. Assim, conforme Franzina, a emigração apresenta quatro momentos distintos: as origens do fluxo migratório (1861-1875); primeira fase da emigração italiana (1861-1886); êxodo dos campos e a emigração permanente de massa nos anos de disputa colonial (1887-1901); emigração do Sul da Itália para os Estados Unidos e a conclusão do primeiro grande ciclo migratório (1902-1927); medidas restritivas dos anos 20 ao segundo pós-guerra (1927-1948). (FRANZINA, 2006, p. 83).

A divisão oferecida apresenta-se de forma muito genérica, pois o período que é compreendido entre a Unificação Italiana e o final do século XIX apresenta diversas características, proporcionando uma divisão em duas fases principais: a primeira fase marcada para iniciar próxima do ano de 1876 e para concluir por volta de 1886, envolvendo, especialmente, emigrantes caracterizados por serem ex-assalariados rurais, meeiros e pequenos proprietários, cujo maior objetivo era o de tornarem-se proprietários de terras por meio do processo de colonização agrícola promovida pelo Brasil nas Regiões Sul e pela Argentina de Mitre. A segunda fase, cujo fluxo emigratório atinge proporções de massa, acontece entre os anos de 1887 e 1901, envolvendo emigrantes das classes anteriormente citadas, mas com o acréscimo de indivíduos ligados às atividades de artesanato, a operários e profissionais liberais citadinos. Nessa segunda fase, observamos que o fluxo de emigrantes que se dirige ao Brasil, especialmente para a região de São Paulo, algumas dezenas de milhares são de trabalhadores alistados e com o deslocamento pago, cuja mão de obra será empregada nas propriedades agrícolas monocultoras dedicadas ao cultivo do café, sob o regime de trabalhadores assalariados e de jornaleiros. (COSTA, 1985, p. 121).

Sobre o contexto italiano, devemos compreender que a estrutura econômica da Itália no período compreendido entre a Unificação e a Primeira Guerra, caracterizava-se pela predominância econômica do setor agrícola. Assim, a composição social e profissional do fluxo emigratório italiano, durante o mesmo período, foi marcada, fundamentalmente, pela presença maciça de imigrantes saídos das camadas camponesas mais baixas, isto é, não somente de camponeses sem-terra, mas também de meeiros e pequenos proprietários. Assim, ressaltamos que, em raros momentos, o processo de emigração italiana foi determinado pelo excesso demográfico, mas por questões de ordem econômica e social, como a alta concentração da propriedade de terra e o baixo nível dos salários dos trabalhadores rurais.

Assim, observamos que, por um lado, o fluxo emigratório italiano foi sustentado como “válvula de escape” com a conivência, se não o incentivo, de setores dirigentes da sociedade italiana. A questão é sintomática quando observamos a ausência de movimentos e manifestações de resistência camponesa à estrutura econômica e social italiana. Por outro lado, os indivíduos que buscavam a emigração devido a essa situação de crise agrícola e agrária, enxergavam, na América e na emigração, a saída para sua situação de miséria e, mais do que isso, a possibilidade de concretização do sonho da propriedade da terra, pois, ao contrário da terra natal, com estímulos promovidos pelo Estado brasileiro, esses poderiam mais facilmente se tornar proprietários, melhorando suas condições econômicas e sociais. (FRANZINA, 2006, p. 86-135).

Entretanto, os argumentos destacados levantam outras questões de considerável importância, que contribuiriam para perpetuar a emigração. Fatores naturais vinham agravar a situação de miséria econômica e social que assolava a população rural italiana, entretanto, estava presente que esses fatores naturais, embora gerassem uma ampliação do processo de emigração, certamente não são ilustrados como fatores principais do êxodo. Contudo, doenças como a cólera e a pelagra, mais do que se ilustrarem como fatores naturais, derivam principalmente do nível do higiênico e da qualidade da alimentação das populações rurais, que, por sua vez, são conseqüências da condição econômica ocasionada pela crise agrária e rural.

Neste momento, é importante evidenciarmos a influência que as companhias de emigração desempenharam no incremento do fluxo

emigratório. No período anterior a 1902, em que a emigração italiana para o Brasil apresentava-se de forma intensa, a *Navigazione Generale Italiana*, a *Veloce*, a *Ligure-Brasiliana* e também o vetor Ottavio Zino haviam obtido resoluções exclusivas do Estado italiano para conduzir emigrantes de um país para outro, com viagens pagas pelos Estados do Brasil. Ressaltamos que, nesse contexto, o problema incidiu, evidentemente, em consentir que a voracidade do lucro fácil transformasse essas companhias de navegação em simplórias aliciadoras de uma nova configuração de comércio humano que substituíra a violência da escravidão com a concretização, em solo brasileiro, da posse da terra ou de um enriquecimento no comércio e na indústria. (BEIGUELMAN, 1977, p. 126).

Foi a partir de um balanço relativo às condições de vida e de trabalho nas fazendas brasileiras, mostrado pelo então jornalista Adolfo Rossi, que propiciou o estabelecimento do denominado Decreto Prinetti. As informações apresentadas por Rossi delineavam um quadro absolutamente precário das condições dos italianos emigrados para terras brasileiras, embora reconhecesse que, aproximadamente, 5.230 italianos em São Paulo já se apresentavam como proprietários rurais. Contudo, assinalamos que essas informações baseavam-se, sobretudo, em informações referidas tão somente ao primeiro período de emigração italiana para o Estado de São Paulo, quando, evidentemente, a Lei Áurea não conseguiu, de forma mágica e instantânea, transformar as mentalidades moldadas sobre séculos de escravidão dos latifundiários do café paulista. (CENNI, 2003, p. 235-238). A geração que procedia do período de predomínio da mão de obra escrava não conseguia modificar sua cultura, muito embora o velho fazendeiro escravocrata, habituado a não conhecer outro direito que não o seu, estivesse cedendo espaço à nova classe dirigente que se formava nas universidades dos centros urbanos sob a tutela de catedráticos advindos do estrangeiro. (TRENTO, 1989, p. 59-60). Essa oposição por parte da imprensa da Itália à emigração italiana para o Brasil e para o Rio Grande do Sul era plenamente reconhecida pelas autoridades rio-grandenses, conforme podemos observar na edição de 15 de outubro de 1906 do jornal *A Federação*:

Os que tem inscripto contra a emigração para o Brasil, ou fizeram intencionalmente falseando os factos por motivos que não denunciava ou apenas muito superficial e erradamente conheciam o problema.¹²

O chamado “Decreto Prinetti” que, em verdade, nunca foi um decreto, mas que se tratou de uma portaria expedida pelo Commissariado Italiano da Emigração, assinada em 26 de março de 1902 pelo então comissário-geral Luigi Rodio, sendo Giulio Prinetti ministro do Exterior. Assim, o Decreto Prinetti definia a suspensão da licença especial conferida a quatro companhias de navegação e a um pequeno “vetor” para realizar o transporte transatlântico gratuito de emigrantes italianos para o Brasil, além de coibir as operações de recrutamento por parte dos agentes contratados por essas companhias. (CENNI, 2003, p. 235).

Nesse contexto, compreendemos a participação do Rio Grande do Sul na Exposição Universal de Milão de 1906 como uma forma de propagandear as qualidades da terra, do clima e das leis do Rio Grande do Sul, apropriadas à emigração de italianos. Entretanto, mais do que isso, buscava apresentar a situação dos italianos estabelecidos em solo rio-grandense, buscando delinear que os mais de 300 mil ítalo-brasileiros nele estabelecidos se encontravam em ótima situação econômica e social.

Mas que, em todo o caso, a emigração para o Rio Grande do Sul, graças a salubridade do clima, à feracidade do solo e as sabias e liberalíssimas leis é cousa bem diversa e grandemente proveitosa, tanto para o emigrante como para o Estado que o acolhe bastando para prova recordar que existem no Estado 300 mil italianos, proprietários quase todos das terras que cultivam, de prédios e bens que lhes proporcionam boa renda, ou exercendo commercio e indústria remuneradores.¹³

A emigração para o Brasil começa a declinar já a partir de 1902, em um processo de inversão de tendências que não conhecerá mais pausas, alinhando-se, em valores anuais, em torno de 17 mil emigrados. Os Estados Unidos tornar-se-ão, nesse período (1902 a 1920), o destino predominante, mas a Argentina também terá suas quotas aumentadas, graças, precisamente, aos limites impostos no cenário brasileiro. Entre 1902 e 1920, os Estados Unidos receberam, aproximadamente, 70% do fluxo emigratório italiano para a América, totalizando em torno de 3.581.322 indivíduos, enquanto, no mesmo período, a Argentina recebeu 18% deste mesmo fluxo, contando com 953.453 emigrantes. Nesse período, o Brasil, preterido nesse fluxo emigratório, sustentou modestos 6% dos emigrantes, em torno de 306.652 pessoas.

Quadro 1 – Demonstrativo dos números da emigração italiana para a América

Emigração italiana para a América entre 1902-1920				
País	v.a	Média anual	% da emigração/América	% da emigração total
Brasil	306.652	17.036	6,1	3,5
Argentina	953.453	52.960	18,9	10,9
E. Unidos	3.581.322	198.962	70,1	40,8

Fonte: Trento (1989, p. 59).

Conforme percebemos, a carta de Murillo Furtado, designado por Borges de Medeiros ao cônsul do Rio Grande do Sul na referida exposição, na qual esse relata a visita do ministro do Exterior italiano, Cav. Fittoni. Nela há a real intenção da participação do estado na Exposição Universal e se delineava no conhecimento do estado sulino, da situação dos emigrantes italianos nesse estado e o conseqüente cancelamento do Decreto Prinetti contribuindo, assim, para a retomada e o incremento do fluxo de emigrantes italianos para o estado rio-grandense.

O ministro Fittoni prometeu estudar seriamente o problema magno e complexo da emigração e fazer tudo o possível para conseguir a revogação do Decreto Prinetti, pois está convencido de que os Estados do Brazil, autônomos como são, oferecem vantagens diversas aos colonos e que o Rio Grande do Sul, por suas condições especiais de clima, situação geographica, riquezas naturaes e sabias leis que o regem, está destinado a receber a maior parte da corrente emigratória futura.

Oxalá se torne em realidade sua promessa...¹⁴

Para concretizar essa ambição, o governo de Borges de Medeiros buscou expor as características do clima, da terra e das leis no estado. Também procurou demonstrar os desenvolvimentos agrícola, comercial e industrial gaúchos e a contribuição do emigrante italiano nessas áreas, além de expor as condições econômicas e sociais desses indivíduos em solo rio-grandense.

Essa conjuntura tinha o objetivo tanto de conseguir o cancelamento do Decreto Prinetti, quanto apresentar o Rio Grande do Sul para os italianos interessados na emigração, com a intenção de acrescer o fluxo

emigratório para o estado. Esse contexto fica mais claro quando analisamos a reportagem de 15 de outubro de 1906 do órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), que ilustra os resultados dos trabalhos do Professor Lessa Paranhos, do Tenente Guilherme Chaves Moutier e do designado Cônsul do Rio Grande do Sul, Murillo Furtado, comissários responsáveis pela exposição do Rio Grande do Sul.

Tem os nossos commissarios desenvolvido uma propaganda insistente, captando a atenção dos visitantes de nosso salão, em Milão, com as informações minunciosas com que os acompanham, elucidando os *sobre o que nos interessa, especialmente para o problema da emigração.*¹⁵

Dessa forma, conforme coloca Angelo Trento, a publicação do Decreto Prinetti, em 1902, é fruto de uma extensa campanha empreendida pela imprensa italiana em relação às condições dos emigrados italianos nas fazendas cafeeiras do Brasil. Dizia-se nos registros da imprensa italiana que esses emigrados viviam em péssimas condições no território brasileiro, de forma especial em relação à liberdade individual, no sentido que a mentalidade escravista ainda vigorava, ou seja, as medidas limitativas da liberdade do colono eram muito fortes para o indivíduo e sua família.¹⁶ Entretanto, cabe ressaltar que esse decreto, de forma alguma, proibia a emigração espontânea de italianos, apenas se limitava a extinguir a emigração subvencionada e colocava o Brasil e o Rio Grande do Sul no mesmo plano de outros países para onde se direcionavam grandes fluxos emigratórios, como Estados Unidos e Argentina.

Assim, através da exposição do contexto do estado sulino visava-se a realizar uma propaganda dos cenários econômico, social e político do Rio Grande do Sul para, por um lado, convencer as autoridades italianas a revogarem qualquer forma de legislação que embaraçasse a emigração italiana para terras brasileiras e, por outro, atrair a população italiana que buscava a opção *emigração* para terras governadas por Borges de Medeiros. Essa propaganda foi feita com mapas e fotografias e revelava a situação de milhares de italianos que atravessaram o Atlântico emigrando para viver em terras do Rio Grande do Sul. Essa estratégia propagandista buscava enfatizar a prosperidade econômica do estado e o reconhecimento social em relação aos imigrantes italianos, concretizando não apenas o sonho da propriedade, assim como também de ascensão às

atividades em casas de comércio e posse de cargos públicos, mas, principalmente, a promessa para possíveis futuros emigrantes, de encontrarem, no estado sulino, “facilidades desde que aportam no Estado, e sabendo ainda que as nossas riquezas estão por explorar”, como exposto no texto a seguir”.

As explicações e informações ministradas suprehendem principalmente os próprios italianos, mais que os forasteiros. Aquelles, em grupos e com grande curiosidade, perguntam e reperguntam tudo, sobre tudo, principalmente, depois que ficam sabendo, admiradíssimos, que vivem no Rio Grande centenas de milhares de italianos, e que lhes são mostrados os mapas photographias e os dados acerca de tudo que concerne aos italianos.

Verdadeira satisfação revelam os ouvintes ao saberem da prosperidade dos colonos italianos no Rio Grande do Sul, proprietários em sua maior parte, possuindo grandes extensões de terra cultivada: de campo, casas de comércio, exercendo cargos públicos, electivos e de nomeação, encontrando todas as facilidades desde que aportam no Estado, e sabendo ainda que as nossas riquezas estão por explorar.¹⁷

Aos italianos que visitavam a exposição do Rio Grande do Sul eram mostrados dados detalhados acerca dos desenvolvimentos econômico e social dos compatriotas que escolheram a opção *emigração*. Eram apresentadas as facilidades propostas pelo governo de Borges de Medeiros em relação ao transporte para o estado, além das possibilidades de ganhos e lucros auferidos pelas lavouras das pequenas propriedades coloniais. Também eram apresentados dados relativos ao salário dos emigrantes que, no Rio Grande do Sul, se dedicam ao trabalho operário industrial e, também, da possibilidade de se envolverem com empreendimentos comerciais e agroindustriais. Além, é claro, da possibilidade de praticarem seus cultos e a fé com liberdade. A citação a seguir é ilustrativa nesse sentido:

Ficam maravilhados (os italianos visitavam a exposição) com as noticias acerca do nosso clima, do preço dos salários do trabalhador industrial ou operário, dos lucros que entre nós proporciona qualquer lavoura, pequena que seja, qualquer pequena indústria, da segurança individual, da liberdade para qualquer trabalho como para professarem seu culto, das garantias de locomoção e da facilidade de transportes, etc., etc.¹⁸

O ápice da campanha do Rio Grande do Sul em favor do cancelamento do Decreto Prinetti e da retomada do intenso fluxo de emigração ocorreu com a visita do Rei da Itália à exposição sulina. Conforme reportagem de *A Federação*, de 29 de agosto de 1906, o comissário Guilherme Moutier destacou a preocupação dos governos de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros com o desenvolvimento das colônias de emigrantes italianos estabelecidos em solo rio-grandense, fazendo com que essas, em pequeno período de tempo, evoluíssem para centros urbanos de importante desenvolvimento econômica.

Júlio de Castilhos só teve uma preocupação: o desenvolvimento das colônias mediante medidas praticas, procurando facilitar todas as vias de comunicação, fazendo-as progredir economicamente, de modo que os antigos centros coloniais transformassem rapidamente em adiantadas cidades. No Estado do Rio Grande existem hoje mais de 300 mil italianos, todos proprietários de suas colônias, e que gosam dos direitos civis e políticos.

O governo não poupa cousa alguma para demonstrar a máxima proteção que concede aos colonos que ali chegam, aos quaes facilita todos os meios de, em poucos annos, terem garantido seu bem estar.¹⁹

Com o desejo de conquistar a simpatia do Rei da Itália para o estabelecimento de vínculos anteriores ao processo de emigração italiana e colonização rio-grandense, Guilherme Moutier destacou que Júlio de Castilhos batizou uma das colônias do Rio Grande do Sul de Garibaldi em homenagem ao italiano Giuseppe Garibaldi que participou dos combates da Revolução Farroupilha.

A uma d'estas colônias elle deu o nome de Garibaldi para que seja sempre lembrado que o intrépido italiano dedicou os mais bellos annos de sua mocidade em auxiliar a causa santa dos rio-grandenses, sedentos de bem estar e liberdade.²⁰

A carta enviada de Milão pelo comissário Murillo Furtado, datada de 12 de novembro de 1906, apresenta maiores informações sobre a visita do rei da Itália à exposição rio-grandense. Segundo Furtado, o rei da Itália, enquanto esse analisava uma estátua de Giuseppe, Guilherme Moutier discorreu sobre Garibaldi e suas ações em favor da causa rio-

grandense, que lhe renderam o *status* de herói estadual e homenageado com o nome de um dos principais núcleos coloniais.²¹ Seguindo a visita, Sua Majestade italiana foi presenteado com um exemplar de luxo da obra “*Un viaggio ao Rio Grande do Sul*”; obra essa concretizada sob a direção de Guilherme Moutier com editoração dos jornalistas Carlo Parlagrecco e Vittorio Buccelli, apresentando fotografias, mapas e estatísticas relativas à agricultura, ao comércio e à indústria do Rio Grande do Sul, com especial destaque à contribuição do emigrante italiano nessas áreas. Além do rei italiano, essa obra também foi um presente dado para mais de 200 comissários estrangeiros que visitaram a exposição rio-grandense, além de ministros, senadores, aristocratas, intelectuais e jornalistas italianos.²²

Ao proprio Rei não vacillou Moutier falar sobre o Rio Grande do Sul e fazer uma breve allusão a Garibaldi e seus primeiros passos na arte da Guerra, ensaiados em território rio-grandense.

Por fim, para encerrar a visita realizada em 30 de abril pelo rei italiano, à sua esposa, agradecendo a visita real, foi oferecido, em nome da América Latina, um buquê de flores naturais. Quanto ao rei, após esse demonstrar curiosidade e interesse por uma exposição de mármore e outros minerais de valor, além de uma rica coleção de madeiras de lei, foi oferecida como presente uma ametista que havia lhe agradado, presente por ele recusado. Entretanto, conforme as palavras de Murillo Furtado, o objetivo maior da exposição parecia ter sido alcançado: a revogação do Decreto Prinetti.²³

S. M. ouviu-o attentamente e prometeu ler a obra que lhe era offerecida. Havendo o Rei muito se interessado pela nossa coleção de pedras, Moutier, com um d’aquelles rasgos de gentileza que tanto o recommendam offereceu ao visitante uma das pedras (uma grande amethysta) que mais lhe havia agradado. Como era de esperar, S. M. não accitou, mas confessou-se penhoradíssimo. Eu provejo nisso tudo a revogação celebre do Decreto Prinetti.²⁴

Enfim, seja evocando o passado e as raízes em comum através da figura de Giuseppe Garibaldi, ou através dos comentários sobre os contextos social, econômico e político do Rio Grande do Sul, seja,

principalmente, fazendo propaganda das condições adquiridas pelos emigrantes italianos que atravessaram o Atlântico rumo as terras rio-grandenses em busca da concretização de seus sonhos na propriedade da terra, da prosperidade na atividade comercial ou na fortuna da indústria, observamos uma interessante dinâmica na participação do Rio Grande do Sul em *L'Esposizione Internazionale del Sempione*. A referida exposição tornou-se para o governo e o Estado do Rio Grande do Sul não apenas uma simples ferramenta de promoção comercial na busca de novos mercados para os gêneros nele produzidos, mas um elo entre o estado sulino e a Itália, com a intenção de promover a revogação das restrições impostas pelo governo italiano à emigração e, com isso, estimular o fluxo de emigrantes ítalos para essa região em particular.

Considerações finais

Buscamos neste sintético texto, analisar as intenções e estratégias da participação do Rio Grande do Sul na Exposição Universal de Milão de 1906. Compreendemos que, para além da dimensão econômica, houve, aliada a essa, uma estratégia de propaganda do Estado e um interesse político de revogar o Decreto Prinetti, estabelecido naquele período, na Itália, e que estaria dificultando a emigração subvencionada de italianos para o Brasil. Percebemos que os produtos expostos possuíam grande identificação com os gêneros agrícolas e industriais particularmente produzidos na denominada Região *colonial italiana*. A referida exposição convinha também para propagandear a filosofia política do governo de então, Borges de Medeiros, em sua dimensão positivista, principalmente em torno do regramento e controle social, da centralidade do estado em assuntos econômicos e de configuração da propriedade da terra (via colonização dirigida), bem como do incentivo à economia familiar e às pequenas indústrias (agroindústrias).

A revogação do Decreto Prinetti era entendida pela esfera pública rio-grandense como fundamental aos interesses do povoamento e da colonização, bem como de sua consequente, a produção de alimentos e os seus processos agroindustriais. O intenso fluxo de emigrantes italianos direcionados à Argentina e a outros países do continente americano, além de propiciar o desenvolvimento econômico desses territórios, poderia servir de atração emigratória para os imigrantes já estabelecidos no estado. Desse modo, percebemos que houve um grande investimento de Estado, no caso, do Rio Grande do Sul, por ocasião da referida

exposição, bem como buscou-se transnacionalizar processos produtivos e identitários, viabilizar uma contrapropaganda para fazer frente à já existente na Itália daquele período, a qual acusava os maus-tratos e as condições precárias dos imigrantes principalmente nas zonas cafeeiras. Enfim, a presença do Rio Grande do Sul nesse evento, tão amplamente difundido pelo jornal *A Federação* – órgão oficial do governo, mesclou vários processos aglutinados na dimensão migratória e nos interesses do Estado em torno dela.

Notas

¹ *A Federação*, Porto Alegre, 10 abr. 1906. Ano 1906 – Arquivo 00085. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 1º mar. 2016.

² Site oficial da Exposição Universal de 1906. Disponível em: <<http://mi1906.ning.com/>>. Acesso em: 1º março. 2016.

³ *A Federação*, Porto Alegre, 10 abr. 1906, ano 1906 – Arquivo 00085. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 1º mar. 2016.

⁴ *A Federação*, Porto Alegre, 11 abr. 1906, ano 1906 – Arquivo 00086. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 1º mar. 2016.

⁵ “*Como verá da correspondência oficial, além do salão de 136 metros quadrados, alguns expositores poderão servir-se de vitrines e de bases de estantes. Convirá, porém, que se decidam com urgência.*” Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. (CHAVES, Bruno. Carta.

Roma, Itália. 1/2/1906. 2 folhas. Documento 12147).

Descritos: Política internacional, Partido Republicano Rio-Grandense.

⁶ *A Federação*, Porto Alegre, 11 abr. 1906, ano 1906 – Arquivo 00086. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 1º mar. 2016.

⁷ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. CHAVES, Bruno. Carta. Roma, Itália, 14/2/1906. 2 folhas. Documento 12.148.

Descritos: Política Internacional, Partido Republicano Rio-Grandense.

⁸ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. CHAVES, Bruno. Carta. Roma, Itália, 14/2/1906. 2 folhas. Documento 12.148.

Descritos: Política Internacional, Partido Republicano Rio-Grandense.

⁹ *A Federação*, Porto Alegre, 14 abr. 1906, ano 1906 – Arquivo 00088. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/>

periodico.aspx>. Acesso em: 1º março. 2016.

¹⁰A Federação, Porto Alegre, 10 abr. 1906, ano 1906 – Arquivo 00085. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 1º março. 2016.

¹¹A Federação, Porto Alegre, 3 set. 1906, ano 1906 – Arquivo 00206. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 1º março. 2016.

¹²A Federação, Porto Alegre, 15 out. 1906, ano 1906 – Arquivo 00239. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 1º mar. 2016.

¹³A Federação, Porto Alegre, 15 out. 1906, ano 1906 – Arquivo 00239. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 1º mar. 2016.

¹⁴Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. (FURTADO, Murillo. Carta. Milão, Itália. 23/9/1906. 2 folhas. Documento 12.143. Grifo nosso). Descritos: Política internacional, Partido Republicano Rio-Grandense.

¹⁵A Federação, Porto Alegre, 15 out. 1906, ano 1906 – Arquivo 00239. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 1º mar. 2016. Grifo nosso.

¹⁶Entrevista concedida pelo Professor Angelo Trento sobre os movimentos migratórios entre Itália e Brasil à Revista de História da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://www.revista.dehistoria.com.br/secao/a-historia-do-historiador/as-italias-brasileiras>>. Acesso em: 1º mar. 2016.

¹⁷A Federação, Porto Alegre, 3 set. 1906, ano 1906 – Arquivo 00206. Disponível em: <[periodico.aspx>. Acesso em: 1º mar. 2016.](http://memoria.bn.br/hdb/</p></div><div data-bbox=)

¹⁸A Federação, Porto Alegre, 3 set. 1906, ano 1906 – Arquivo 00206. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 1º mar. 2016.

¹⁹A Federação, Porto Alegre, 29 ago. 1906, ano 1906 – Arquivo 00202. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 1º mar. 2016.

²⁰A Federação, Porto Alegre, 29 ago. 1906, ano 1906 – Arquivo 00202. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 1º mar. 2016.

²¹“Ao próprio rei não vacilou Moutier em fallar sobre o Rio Grande do Sul e fazer breve e eloquente improviso alusivo ao heroe Garibaldi e suas primeiras campanhas na arte da guerra pela liberdade no território do Rio Grande. Aproveitou elle para isso o momento em que o rei se detinha a examinar o projecto em gesso da estatua de Garibaldi.” A Federação, Porto Alegre, 17 dez. 1906, ano 1906 – Arquivo 00291. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 1º mar. 2016.

²²“Nosso Estado, por si só, obteve melhores recompensas que muitas das republicas americanas, taes como o Chile, Guatemala, S. Domingos e outras. Nos últimos dias de Exposição foram distribuidos muitos exemplares da excelente obra “um viaggio ao Rio Grande do Sul a pessoas gradas, tanto do meio commercial e industrial como do aristocrático e intellectual. Tenho recebido inúmeros cartões e cartas de agradecimento de altos representantes da nobreza italiana, de diretores de estabelecimentos bancários, dos

telegraphos e correios, etc., aos quaes tenho enviado exemplares da obra. Tenho recebido também muitos cartões, pedindo exemplares d'esse livro e muitos são as informações que meus colegas e eu temos prestado a aquelles que já se decidiram a partir para o Brazil, em demanda do Rio Grande do Sul, que ameaça agora ser melhor conhecido pelos italianos e ter outro valor. Aos 200 e tantos comissários estrangeiros, que aqui estiveram, representando quase todas as nações do mundo, foram também distribuídos exemplares, bem como aos senadores e ministros que acompanharam M. M. os Reis da Itália, na visita que fizeram a Exposição em outubro ultimo". Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. (FURTADO, Murillo. Carta.

Milão, Itália. 12/11/1906. 2 folhas. Documento 12.144. Descritos: Política Internacional, Partido Republicano Rio-Grandense).

²³ "Como é de seus hábitos, o rei d'Italia não aceitou, confessando-se penhoradíssimo. Estres factos parecem indicar a previsão de ser revogado o celebre decreto Prinetti, contrário a imigração para o Brasil". (*A Federação*, Porto Alegre, 17 dez. 1906, ano 1906 – Arquivo 00291. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 1º mar. 2016).

²⁴ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. (FURTADO, Murillo. Carta. Milão, Itália. 12/11/1906. 2 folhas. Documento 12.144. Descritos: Política internacional, Partido Republicano Rio-Grandense).

Referências

BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro*: aspectos políticos. São Paulo: Pioneira, 1977.

CASTRO, Antônio. *Sete ensaios de economia brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1971.

CENNI, Franco. *Italianos no Brasil: "andiamo in Mérica"*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2003.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república*: momentos decisivos. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FRANZINA, Emilio. *A grande emigração*: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil. Campinas: Ed. da Uncamp, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. República Velha gaúcha: estado autoritário e economia. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 207-223.

TEDESCO, João Carlos; BALBINOT, Giovanni. *Comércio, carretas e trapiches*: a Colônia Guaporé e o porto de Muçum – 1892-1940. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2015.

TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico*: um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel; Instituto Italiano de Cultura, 1989.